

14 JAN 1995

Parceria na educação

JOSÉ ROBERTO CUNHA JÚNIOR

p. 2

JORNAL DA TARDE

A formulação de um viável projeto para a recuperação do decadente sistema de ensino público estadual certamente será a principal tarefa a ser enfrentada pelo novo governador paulista. É de conhecimento geral que um bom sistema educacional é uma variável estratégica para o desenvolvimento econômico e social do Estado, bem como para propiciar uma inserção internacional competitiva da economia paulista.

Para termos uma idéia deste enorme desafio, basta observar que a rede pública estadual recebe atualmente aproximadamente 6,7 milhões de estudantes, distribuídos nas 6.600 escolas. Além disto, o quadro de pessoal da secretaria estadual de Educação supera a cifra de 330.000 entre professores e funcionários.

Neste contexto, seria viável imaginar que o governo paulista possa dispor de recursos financeiros suficientes para proporcionar um bom nível de ensino além de propiciar uma remuneração digna para professores e funcionários? Seria, também, aceitável esperar que o setor público estadual administre com eficiência uma estrutura gigantesca de pessoas e instalações físicas, que superam em muito as grandes corporações empresariais interna-

cionais? No intuito de colaborar para o debate sobre este tema, sugerimos a proposta de fomentar a parceria entre governo e comunidade no campo educacional, por meio do sistema de gerenciamento privado nas escolas oficiais. Este modelo permite a

de alunos, associações empresariais e sindicais, sociedades de bairro, faculdades locais, além de outras instituições privadas. A forma jurídica das EGE poderá ser uma cooperativa ou uma empresa de prestação de serviços.

As receitas de cada escola se-

É POSSÍVEL FOMENTAR A PARCERIA ENTRE GOVERNO E COMUNIDADE NA EDUCAÇÃO, POR MEIO DO GERENCIAMENTO PRIVADO DAS ESCOLAS OFICIAIS

descentralização das decisões sobre como administrar os recursos financeiros disponíveis por escola e sobre como tornar o currículo escolar mais adequado à realidade sócio-econômica local, inclusive o mercado de trabalho.

Esta moderna forma de gestão, amparada juridicamente sob a égide de uma lei de concessão de serviços públicos para a iniciativa privada, já é um êxito a nível internacional em áreas de infra-estrutura, como rodovias, portos, saneamento básico e coleta e reciclagem de lixo. Para operacionalizar esta proposta, sugerimos a criação de Empresas de Gerenciamento Escolar (EGE) a serem constituídas por professores, pais

rão procedentes de remuneração governamental durante um período de transição (2 anos) e corresponderão a um determinado valor fixo multiplicado pelo número de alunos da unidade escolar específica. Este montante poderá ser acrescido de doações, patrocínios e vendas de cursos profissionalizantes — como de secretária, cabeleireira, mecânico, eletricista, sapateiro ou corte e costura — abertos à comunidade e promovidos em conjunto com entidades especializadas, como Sesc, Senai ou Sebrae.

As despesas com salários de professores e funcionários, merenda escolar e os gastos gerais de manutenção, hoje sob a responsabilidade do Estado, se-

riam então transferidas às Empresas de Gerenciamento Escolar (EGE), as quais, terão autonomia para implantação de planos de cargos e salários, assim como de um projeto de reciclagem de professores e de um programa de investimentos e melhoria das instalações.

Em resumo, esta parceria governo-comunidade no ensino oficial, manteria sob responsabilidade do setor público a formulação das diretrizes e a supervisão do nível de ensino, além de manter a propriedade das instalações físicas (escolas, e terrenos). Enquanto que ficará sob responsabilidade da iniciativa privada o gerenciamento administrativo-financeiro e a adequação do currículo escolar ao mercado de trabalho.

Caberá, portanto, ao novo governador e sua equipe superar o desafio de reverter a deterioração do ensino público em São Paulo. Para tanto, precisará de coragem e pragmatismo. Poderá entrar para a História, não como mero governante, mas, principalmente, como estadista.

O AUTOR

José Roberto
Cunha Júnior
é membro do
Conselho Regional
de Economia

